

v. 8 • n. 15 • dez. 2011
Semestral

Edição em Português

Ziba Mir-Hosseini

Criminalização da Sexualidade: Leis de *Zina* como Violência
Contra as Mulheres em Contextos Muçulmanos

Leandro Martins Zanitelli

Corporações e Direitos Humanos: O Debate Entre Voluntaristas
e Obrigacionistas e o Efeito Solapador das Sanções

Entrevista com Denise Dora

Responsável pelo Programa de Direitos Humanos
da Fundação Ford no Brasil entre 2000 e 2011

IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Maria Issaeva, Irina Sergeeva e Maria Suchkova

Execução das Decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos
na Rússia: Avanços Recentes e Desafios Atuais

Cássia Maria Rosato e Ludmila Cerqueira Correia

Caso *Damião Ximenes Lopes*: Mudanças e Desafios Após a Primeira
Condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos

Damián A. González-Salzberg

A Implementação das Sentenças da Corte Interamericana
de Direitos Humanos na Argentina: Uma Análise do Vaivém
Jurisprudencial da Corte Suprema de Justiça da Nação

Marcia Nina Bernardes

Sistema Interamericano de Direitos Humanos como Esfera Pública
Transnacional: Aspectos Jurídicos e Políticos da Implementação de
Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL: CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

A Construção de uma Organização Internacional do/no Sul

CONSELHO EDITORIAL

- Christof Heyns** Universidade de Pretória (África do Sul)
Emílio García Méndez Universidade de Buenos Aires (Argentina)
Fifi Benaboud Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)
Fiona Macaulay Universidade de Bradford (Reino Unido)
Flavia Piovesan Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
J. Paul Martin Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Kwame Karikari Universidade de Gana (Gana)
Mustapha Kamel Al-Sayyed Universidade do Cairo (Egito)
Roberto Garretón Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)
Upendra Baxi Universidade de Warwick (Reino Unido)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic
Oscar Vilhena Vieira

CONSELHO EXECUTIVO

Albertina de Oliveira Costa
Glenda Mezarobba
Juana Kweitel
Laura Waisbich
Lucia Nader
Thiago Amparo

EDIÇÃO

Luz González
Tânia Rodrigues

REVISÃO DE TRADUÇÕES

Carolina Fairstein (Espanhol)
Marcela Vieira (Português)
The Bernard and Audre Rapoport
Center for Human Rights and Justice,
University of Texas, Austin (Inglês)

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

CIRCULAÇÃO

Luz González

IMPRESSÃO

Pro! Editora Gráfica Ltda.

COMISSÃO EDITORIAL

- Alejandro M. Garro** Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Bernardo Sorj Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)
Bertrand Badie Sciences-Po (França)
Cosmas Gitta PNUD (Estados Unidos)
Daniel Mato CONICET/ Universidade Nacional Tres de Febrero (Argentina)
Daniela Ikawa Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais/ Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ellen Chapnick Universidade de Columbia (Estados Unidos)
Ernesto Garzon Valdés Universidade de Mainz (Alemanha)
Fateh Azzam Representante Regional, Oficina do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Líbano)
Guy Haarscher Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)
Jeremy Sarkin Universidade de Western Cape (África do Sul)
João Batista Costa Saraiva Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)
José Reinaldo de Lima Lopes Universidade de São Paulo (Brasil)
Juan Amaya Castro Universidade para a Paz (Costa Rica)
Lucia Dammert Consorcio Global para a Transformação da Segurança (Chile)
Luigi Ferrajoli Universidade de Roma (Itália)
Luiz Eduardo Wanderley Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)
Malak El-Chichini Poppovic Conectas Direitos Humanos (Brasil)
Maria Filomena Gregori Universidade de Campinas (Brasil)
Maria Hermínia de Tavares Almeida Universidade de São Paulo (Brasil)
Miguel Cillero Universidade Diego Portales (Chile)
Mudar Kassis Universidade Birzeit (Palestina)
Paul Chevigny Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Philip Alston Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Roberto Cuéllar M. Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)
Roger Raupp Rios Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)
Shepard Forman Universidade de Nova York (Estados Unidos)
Victor Abramovich Universidade de Buenos Aires (UBA)
Victor Topanou Universidade Nacional de Benin (Benin)
Vinodh Jaichand Centro Irlandês de Direitos Humanos, Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Conectas Direitos Humanos. Está disponível na internet em <www.revistasur.org>.

SUR está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (International Bibliography of the Social Sciences); ISN Zurich (International Relations and Security Network); DOAJ (Directory of Open Access Journals); Scielo e SSRN (Social Science Research Network). Além disso, Revista Sur está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEInonline. SUR foi qualificada como A1 (Colômbia) e A2 (Qualis, Brasil).

SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan.2004 – São Paulo, 2004 - .

Semestral

ISSN 1806-6445

Edições em Inglês, Português e Espanhol.

1. Direitos Humanos 2. ONU I. Rede Universitária de Direitos Humanos

SUMÁRIO

ZIBA MIR-HOSSEINI	7	Criminalização da Sexualidade: Leis de <i>Zina</i> como Violência Contra as Mulheres em Contextos Muçulmanos
LEANDRO MARTINS ZANITELLI	37	Corporações e Direitos Humanos: O Debate Entre Voluntaristas e Obrigacionistas e o Efeito Solapador das Sanções
ENTREVISTA COM DENISE DORA	59	Responsável pelo Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford no Brasil entre 2000-2011
IMPLEMENTAÇÃO NO ÂMBITO NACIONAL DAS DECISÕES DOS SISTEMAS REGIONAIS E INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS		
MARIA ISSAEVA, IRINA SERGEEVA E MARIA SUCHKOVA	69	Execução das Decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos na Rússia: Avanços Recentes e Desafios Atuais
CÁSSIA MARIA ROSATO E LUDMILA CERQUEIRA CORREIA	93	Caso <i>Damião Ximenes Lopes</i> : Mudanças e Desafios Após a Primeira Condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos
DAMIÁN A. GONZÁLEZ-SALZBERG	115	A Implementação das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Argentina: uma Análise do Vaivém Jurisprudencial da Corte Suprema de Justiça da Nação
MARCIA NINA BERNARDES	135	Sistema Interamericano de Direitos Humanos como Esfera Pública Transnacional: Aspectos Jurídicos e Políticos da Implementação de Decisões Internacionais

CADERNO ESPECIAL

157	Conectas Direitos Humanos - 10 Anos
------------	-------------------------------------

APRESENTAÇÃO



A Revista Sur de número 15 é uma edição muito especial. Pela primeira vez, engloba três seções diferentes. Um compreende um dossiê temático sobre a implementação nacional dos sistemas regionais e internacional de direitos humanos. Além disso, este número traz dois artigos não-temáticos que envolvem relevantes temas contemporâneos de direitos humanos (empresas e direitos humanos e direitos das mulheres no Islã), assim como uma entrevista com Denise Dora, da Fundação Ford (2000-2011).

Por fim, celebrando o 10º aniversário da Conectas Direitos Humanos, este número 15 é publicado com a mesma cor da capa do número 1, e traz um dossiê elaborado por atuais e antigos membros da equipe da Conectas, que compartilham suas experiências e aprendizados. Esta última seção é apresentada com mais detalhes na carta aos leitores, posteriormente neste número.

Dossiê temático: Implementação no âmbito nacional das decisões dos Sistemas Regionais e Internacional de Direitos Humanos

Desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, os sistemas internacional e regionais de direitos humanos têm sido fundamentais na definição e proteção dos direitos humanos, e têm contribuído substancialmente para o aperfeiçoamento do Estado de Direito em diversas regiões. Em muitos casos, esses mecanismos tem sido o último recurso disponível para as vítimas quando as instituições locais falharam ou não estavam dispostas a proteger os direitos violados. Assim, além de um mecanismo de proteção, eles representam uma fonte de esperança em contextos políticos locais adversos.

No entanto, muitos defensores de direitos humanos e especialistas afirmam que as decisões e as recomendações emitidas por esses mecanismos não estão sendo implementadas de forma satisfatória a nível nacional. A falta de implementação é uma séria ameaça para os próprios mecanismos em si, que perdem credibilidade aos olhos das vítimas e dos Estados e deixam de fornecer recursos efetivos aos que deles precisam. O número 15 da *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos* traz um dossiê temático para enfrentar essa questão, ou seja, promover um debate crítico sobre a implementação

nacional das decisões e recomendações decorrentes de sistemas regionais e internacional de direitos humanos. Essa seção compreende quatro artigos, três sobre o sistema interamericano, e um sobre o sistema europeu.

O primeiro artigo destaca a interação entre o sistema europeu de direitos humanos e a Rússia. *Execução das Decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos na Rússia: Avanços Recentes e Desafios Atuais*, de Maria Issaeva, Irina Sergeeva, e Maria Suchkova, examina a interação entre o sistema jurídico russo e o Tribunal de Estrasburgo, expondo os mecanismos europeus disponíveis de proteção dos direitos humanos para cumprir as decisões, assim como criticar os obstáculos na Rússia para a implementação das medidas adotadas pelo Tribunal Europeu, particularmente as de caráter geral.

O segundo artigo do dossiê, *Caso Damião Ximenes Lopes: Mudanças e Desafios Após a Primeira Condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos*, escrito por Cássia Maria Rosato e Ludmila Cerqueira Correia, apresenta uma visão geral da implementação das recomendações expressadas na primeira decisão da Corte Interamericana contra o Brasil, em 2006, sobre instituições de saúde mental. As autoras evidenciam como, pelo desenvolvimento da jurisprudência internacional e fortalecimento das ações do Movimento Antimanicomial no Brasil, a Corte teve um impacto positivo sobre a política pública de saúde mental no país e sobre os direitos das pessoas com deficiência mental, embora outras mudanças políticas ainda sejam necessárias.

Em terceiro lugar, a Revista Sur apresenta outro artigo que discute a implementação no sistema interamericano, desta vez explorando o caso argentino. Em *A Implementação das Sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos na Argentina: uma Análise do Vaivém Jurisprudencial da Corte Suprema*, Damián A. González-Salzburg examina uma série de casos judiciais envolvendo Argentina perante o sistema interamericano de direitos humanos e analisa a falta de cumprimento pelo Estado em relação às decisões Corte Interamericana. Por meio de análise de casos, o autor mostra como a Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina tem sido contraditória em seu reconhecimento da natureza vinculante das

sentenças da Corte Interamericana, apesar dos imperativos jurídicos nacionais e internacionais que exigem da Corte Suprema de Justiça o cumprimento da obrigação de processar os responsáveis por violações dos direitos humanos.

O último artigo deste dossiê apresenta uma discussão teórica sobre como sistemas regionais de direitos humanos podem contribuir para construir uma esfera pública transnacional. Em *Sistema Interamericano de Direitos Humanos como Esfera Pública Transnacional: Aspectos Jurídicos e Políticos da Implementação de Decisões Internacionais*, Marcia Nina Bernardes argumenta que o sistema interamericano contribui para a democracia brasileira, fornecendo um fórum de litigância transnacional para discutir questões muitas vezes sub-representadas na esfera pública interna. A autora também afirma que o sistema interamericano perde sua credibilidade particularmente nos casos em que as autoridades nacionais e a comunidade jurídica não levam em conta as normas internacionais de direitos humanos no âmbito nacional. Nesse caso, a implementação de decisões e recomendações regionais é um elemento fundamental, não só para fortalecer o sistema em si, mas também para aperfeiçoar a democracia brasileira.

Artigos não-temáticos: Violência contra mulheres muçulmanas e Empresas e Direitos Humanos

Além do dossiê temático, esta edição traz dois outros artigos que apresentem um debate crítico sobre temas prementes. O artigo de abertura da Revista, *Criminalização da Sexualidade: Leis de Zina como Violência contra as Mulheres em Contextos Muçulmanos*, foi escrito por Ziba Mir-Hosseini e discute como o Islã político tem reabilitado leis de Zina e seu impacto sobre os direitos das mulheres. Este conjunto normativo existe em muitos países muçulmanos e proíbe relações sexuais fora do casamento, sancionando-as com punições cruéis que violam direitos humanos internacionais. Essas leis criminalizam a relação sexual consensual e autorizam a violência contra as mulheres, o que envolve, *inter alia*, a morte por apedrejamento. A autora argumenta que essa questão pode e deve ser resolvida dentro da tradição islâmica. Ela também apresenta uma análise crítica sobre como ativistas podem ser eficazes em questionar essas práticas,

envolvendo os governos por meio de estratégias de “nomear e envergonhar”, assim como um processo de diálogo e debate.

Nosso segundo artigo não-temático apresenta uma discussão sobre empresas e direitos humanos. *Corporações e Direitos Humanos: O Debate Entre Voluntaristas e Obrigacionistas e o Efeito Solapador das Sanções*, de Leandro Martins Zanitelli, discute o debate contemporâneo sobre o comportamento corporativo sensível aos direitos humanos. O autor analisa dois conjuntos de argumentos concorrentes: os voluntaristas e os obrigacionistas, o primeiro no esforço dos compromissos voluntários dos Estados para promover a responsabilidade social das empresas, enquanto o segundo conjunto afirma a necessidade de sanções jurídicas contra as empresas como um passo necessário para adaptar seu comportamento às normas de responsabilidade social. O autor defende uma abordagem voluntarista, argumentando que, apesar do fato de que a imposição de sanções sobre as empresas pode de fato levar a um avanço na proteção dos direitos humanos, isso pode representar um obstáculo para o desenvolvimento de práticas mais genuínas em responsabilidade social corporativa.

Entrevista com Denise Dora

Incluímos uma *Entrevista com Denise Dora*, responsável pelo Programa de Direitos Humanos da Fundação Ford no Brasil de 2000 a 2011. Ela analisa as organizações de direitos humanos no Brasil, dando especial atenção aos desafios enfrentados pela sociedade brasileira para construir uma forte sociedade civil necessária para garantir os direitos humanos no país e no exterior, argumentando que ainda há espaço para capacitação de organizações do Sul e para a redução das assimetrias globais.

Este é o quarto número da Revista lançado com a colaboração da Fundação Carlos Chagas (FCC). Agradecemos a FCC por seu apoio à Revista Sur desde 2010.

Por fim, gostaríamos de lembrar nossos leitores que a nossa próxima edição, editada em parceria com a *Coalición Regional Seguridad Ciudadana y Derechos Humanos*, discutirá a segurança cidadã a partir de uma perspectiva de direitos humanos



CONECTAS 10 ANOS

DIREITOS HUMANOS

SUMÁRIO
Caderno Especial

CONECTAS DIREITOS HUMANOS - 10 ANOS

LUCIA NADER, JUANA KWEITEL
E MARCOS FUCHS

159 Carta aos Leitores

MALAK EL-CHICHINI
POPOVIC E LUCIA NADER

161 Conectas Direitos Humanos:
A Construção de uma Organização Internacional Do/No Sul

OSCAR VILHENA VIEIRA E
ELOÍSA MACHADO DE ALMEIDA

187 Advocacia Estratégica em Direitos Humanos:
A Experiência da Conectas

PEDRO PAULO POPPOVIC E
JUANA KWEITEL

215 Uma Revista do Sul com Alcance Global

CARTA AOS LEITORES

É com enorme alegria que apresentamos o dossiê especial “Conectas Direitos Humanos - 10 anos”, nessa 15ª edição da SUR.

O dossiê comemorativo reúne artigos elaborados por pessoas envolvidas na criação da organização, com o objetivo de recordar e fazer um balanço dessa primeira década. Vimos na iniciativa de escrevê-los uma oportunidade de compartilhar lições aprendidas e, mesmo que brevemente, analisar alguns de nossos erros e acertos. Assim, os artigos têm um tom de testemunho pessoal e relatam a história institucional a partir das experiências de cada um dos autores.

Ao fazer esse balanço, fica a certeza de que o apoio e a parceria com um amplo leque de pessoas e instituições foram fundamentais nessa caminhada. Nada do que é exposto nos artigos teria sido possível sem os participantes que vem anualmente ao Colóquio Internacional de Direitos Humanos, os autores da SUR, os intercambistas do Programa de Intercâmbio para África Lusófona, os parceiros do Projeto de Política Externa e do Programa de Justiça. Nada teria se concretizado sem a confiança dos diversos financiadores que, desde 2001, acreditam e apoiam uma organização com causas ambiciosas e inovadoras. A todos, nossos mais sinceros agradecimentos.

Ao publicarmos este dossiê, outra certeza se renova: foi a força e a convicção de um grupo aguerrido de ativistas e acadêmicos que fez com que a Conectas seja hoje uma realidade. Ao revisitar os pressupostos que levaram à sua criação, ganha evidência a visão de seus fundadores – Malak Poppovic e Oscar Vilhena Vieira - hoje refletida em cada um dos projetos da organização. Suas atitudes questionadoras do *status quo* e a capacidade de desenvolver estratégias de ação efetivas são – e sempre serão - o DNA da organização. Aos dois, todo nosso reconhecimento, carinho e admiração.

Como diretores da Conectas, desde abril de 2011, nos sentimos profundamente gratos e honrados em poder seguir construindo o sonho que compartilhamos tanto com aqueles que são mencionados nos artigos deste dossiê quanto com nossos leitores: um mundo mais justo, com respeito aos direitos humanos.

Boa leitura!

Lucia Nader, Juana Kweitel e Marcos Fuchs*

* São, respectivamente, diretora executiva, diretora de programas e diretor adjunto da Conectas Direitos Humanos.



PEDRO PAULO POPPOVIC

Pedro Paulo Poppovic é sociólogo, pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) onde foi assistente da Cadeira de Sociologia I (liderada pelo Prof. Florestan Fernandes). Foi Diretor Geral da Abril Cultural S/A e sócio-diretor da PPP Consultores Editoriais S/C Ltda., ambas dedicadas à publicação de livros e fascículos de cultura geral, totalizando 32 anos de atividade

editorial, durante os quais foi também professor na Escola de Jornalismo da Fundação Armando Álvares Penteado em São Paulo e "visiting scholar" na Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia, Nova York. Foi Secretário de Educação à Distância no Ministério da Educação dos dois governos Fernando Henrique Cardoso.

Email: contato.sur@conectas.org



JUANA KWEITEL

Juana Kweitel é diretora de programas da Conectas Direitos Humanos. É Mestre em Direito Internacional dos Direitos Humanos pela *Essex University*, Reino Unido e em Ciência Política na Universidade de São Paulo, Brasil. Pós-graduada em Direitos Humanos e transição democrática, pela Universidade do Chile, é advogada formada, com menção honrosa, pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Trabalhou na Argentina como coordenadora institucional do CELS (Centro de Estudos

Legais e Sociais) e como coordenadora do Programa de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da mesma organização.

Email: juana.kweitel@conectas.org

RESUMO

Por ocasião da comemoração do aniversário de 10 anos da Conectas Direitos Humanos lembramos com orgulho que a nossa revista, também, já se aproxima dos oito anos de idade, período no qual editamos e publicamos quinze números semestrais. Ao rememorar esses oito anos de atividade, ocorreu-nos que talvez seja útil para grupos de ativistas, desejosos de divulgar e discutir seus pontos de vista numa publicação, expor alguns dos sucessos, problemas e dificuldades que tivemos ao longo da nossa trajetória.

PALAVRAS-CLAVE

Conectas Direitos Humanos – Sur Revista Internacional de Direitos Humanos – Sul Global – Redação acadêmica



Este artigo é publicado sob a licença de *creative commons*.
Este artigo está disponível *online* em <www.revistasur.org>.

UMA REVISTA DO SUL COM ALCANCE GLOBAL

Pedro Paulo Poppovic e Juana Kweitel

1 Porque, para quê e para quem?

A *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos* foi lançada em 2004 para proporcionar um canal de comunicação entre acadêmicos e ativistas dedicados à promoção e à defesa dos direitos humanos, com ênfase especial nos problemas específicos do “Sul Global”. Ela foi criada para dar voz aos autores do Sul e para propiciar uma arena intelectual onde as perspectivas do Norte e do Sul pudessem ser analisadas criticamente e debatidas.

O conceito Sul, ou Sul Global é amplo e de difícil definição. Afinal, qual é a especificidade dos pontos de vista de ativistas e acadêmicos do Sul? O que tantos países de cultura e histórias tão diversas têm em comum?

Para responder a essas questões é necessário lembrar em que circunstâncias políticas, no ano de 2004, a revista foi criada. A maioria dos países do Sul acabava de se liberar de longos anos de governos totalitários que, entre outras características deletérias, caracterizaram-se por desrespeitar os direitos humanos de suas populações. O período em que a revista foi criada em muitos países do Sul era de transição para a democracia em que o hiato entre as leis e a realidade continuava profundo. A distribuição de renda continuava a beneficiar pequenas minorias. Na maioria dos países havia movimentos da população civil em busca da verdade dos anos de chumbo e da punição dos culpados. E – pior – apesar da redemocratização, muitos direitos humanos continuavam a ser desrespeitados, principalmente dos mais pobres. Assim, estávamos, no Sul, bem mais longe de um Estado de Direito visto em alguns países do Norte de onde provinha a maioria das publicações acadêmicas dedicadas à discussão dos problemas dos direitos humanos. Esses e outros fatores geravam a especificidade dos problemas relativos à luta pelos direitos humanos no Sul Global e justificaram a criação da nossa revista.

Diversas reuniões com acadêmicos e ativistas da Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos, bem como uma pesquisa sobre as revistas disponíveis, revelaram que existia de fato um nicho desocupado para uma revista acadêmica que desse voz ao Sul nos termos comentados acima. E, desde o início, concluímos que para ter um alcance amplo a revista precisava ser editada em mais de uma língua.

Iniciamos com português e inglês, partindo da suposição de que leitores de língua espanhola saberiam ler português. Percebemos logo que uma edição em espanhol era necessária, de forma que a revista passou a ser editada em três línguas desde seu primeiro número.

Outro fator determinante para a criação da revista foi a necessidade de criar um elo entre ativistas e acadêmicos, conseguindo fazer uma ponte entre prática e teoria dos direitos humanos.

Os resultados parecem confirmar que nossa revista veio a preencher um espaço que estava desocupado e que atende às necessidades dos leitores. Hoje mais de 2.000 exemplares (nas três línguas) são distribuídos para mais de 100 países, além da publicação “on-line” nas três línguas. Pesquisa feita junto a leitores em 2007 revelou ampla aceitação e avaliação positiva por parte de todos os tipos de leitores (66% dos leitores consideraram a revista “ótima” e 34% a consideraram “boa”. Não houve nenhum voto negativo.) (SUR, 2007, p. A5-A7).

2 Processo de elaboração

Como consta no expediente da revista, contamos com três corpos de colaboradores para a editoração da Revista Sur:

- O Conselho Executivo (CEEx) que, juntamente com os Editores é responsável pela execução editorial;
- O Conselho Editorial (CE), composto por especialistas mais próximos à revista que participam da escolha de temas e de revisores;
- A Comissão Editorial (CmE) composta por especialistas que eventualmente participam da seleção de artigos e que, em alguns casos, participaram do planejamento da revista.

Todos os artigos publicados pela revista passam pelo crivo do Conselho Executivo que faz uma pré-seleção das contribuições a serem enviadas para os revisores. Eventuais sugestões e correções, discutidas com os autores, são incorporadas às matérias. Esse sistema de “revisão cega por pares” atribui grande credibilidade à publicação.

3 Definição do conteúdo: importância das parcerias

É importante notar que todas as contribuições publicadas pela revista são voluntárias, não remuneradas. A fim de expandir o alcance de nossa revista, a partir do número 7, cada edição foi feita em parceria com outras instituições. Assim, os números da revista dividem-se em duas partes, um dossiê dedicado ao tema selecionado pelo “*call for papers*” e uma seção geral composta por contribuições sobre outros temas.

A escolha dos artigos a serem submetidos aos revisores e eventualmente publicados é feita relativamente ao total de contribuições recebidas para cada número. Portanto, o julgamento não é absoluto e depende da qualidade dos outros artigos

recebidos para aquele número. Artigos recusados só são reservados para publicação em números subsequentes em casos excepcionais de contribuições muito originais, de grande relevância política ou com outras qualidades de elaboração que os destaquem.

Além do critério fundamental da qualidade editorial, nossa escolha leva em conta critérios geográficos e de gênero, dando preferência a uma distribuição equitativa e preferência a autores provenientes de grupos minoritários e vulneráveis. Outro critério importante na seleção de artigos é a abordagem a partir de diferentes disciplinas, tentando superar a supremacia do Direito na discussão sobre direitos humanos.

O Anexo nº 1, pesquisa de Laura Baron intitulada “Vozes do Sul: autores, nacionalidades e temas” dá uma boa ideia sobre as consequências dos nossos critérios de escolha na distribuição de autores, nacionalidades e temas da nossa revista (do nº 1 ao nº 12).

4 Quem são os leitores?

Além da distribuição geográfica dos autores tabulada pela pesquisa do Anexo 1, a pesquisa publicada no número 7 da SUR fornece os resultados de uma investigação realizada em 2007 que, apesar de não ser recente, possibilita uma ideia bastante aproximada da composição do nosso corpo de leitores. Tal como nós a propusemos, a SUR é lida em igual proporção por acadêmicos e ativistas (36,8% é professor universitário e 31,2% trabalha em uma organização não-governamental) (SUR, 2007, p. A5).

Na inclusão de novos leitores, as indexações da revista em bases de dados acadêmicas e comerciais são de crescente importância, pois é através delas que a revista passa a ser mais conhecida. A revista está indexada nas seguintes bases de dados: IBSS (*International Bibliography of Social Sciences*); DOAJ (*Directory of Open Access Journals*); Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*) e SSRN (*Social Science Research Network*). Além disso, a revista está disponível nas seguintes bases comerciais: EBSCO e HEINonline. Apenas revistas científicas de boa reputação e alto nível intelectual são aceitas por essas bases de dados; para a inclusão da SUR certamente contribuíram as qualificações de A na Colômbia e A2 pela Qualis, Brasil.

5 Cobertura e diversidade

Termos atingido uma tiragem de 2.700 exemplares e uma distribuição para mais de 100 países deve ser considerado um bom resultado. Certamente, nossos números seriam piores se tivéssemos sido forçados por razões econômicas a cobrar dos leitores ou por números avulsos ou por assinaturas. Protegendo nossa missão de divulgar ao máximo a voz do Sul, conseguimos, devido também à compreensão dos nossos financiadores, distribuir a revista gratuitamente aos interessados.

Por outro lado, outra decisão relativa à forma pela qual a revista chega às mãos dos leitores que teve importância foi a disjuntiva papel impresso versus Internet. Havia fortes correntes de opinião segundo as quais o nosso tipo de leitor tem acesso à internet e, portanto, não necessita de publicações impressas – bastaria a publicação

pela internet com a consequente economia substancial do custo gráfico e do correio (aproximadamente 50% do total dos custos). Para orientar nossa decisão fizemos uma pesquisa junto aos leitores, tanto através da revista impressa (encartando um formulário) como pela internet. Os resultados foram conclusivos: mais de 77,1% dos leitores, manifestaram preferência pela forma impressa. Assim, nossa política de distribuição alicerçou-se nessas duas colunas: revistas grátis, impressas e on-line. Estamos convencidos de que o abandono de qualquer uma dessas colunas mestras redundará numa perda importante de leitores.

Outro fator primordial com reflexos sobre a extensão da nossa cobertura seria a adição da língua francesa às três em que a revista atualmente é publicada. A falta do francês praticamente impossibilita nosso acesso à metade da África, além de afastar-nos de um dos mais importantes centros de produção cultural e política do mundo ocidental. A inclusão do francês, portanto, representaria um imediato aumento da cobertura e um incremento importante na qualidade e variedade do nosso enfoque. O que nos tem impedido de dar mais esse passo são considerações de ordem econômica.

É óbvio que o problema dos custos é essencial em qualquer empreendimento. A luta consiste em não abandonar objetivos essenciais na procura de obtenções de economias. Não é fácil. Alguns caminhos que deram certo para nós:

- Pareceria com entidades dedicadas à mesma luta para a produção de números avulsos. Assim, por exemplo, coproduzimos edições com o ICTJ (*International Center for Transitional Justice*), ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS), ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), Rede Desc (Rede Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e *Amnesty International*. Colaboraram também na divulgação e na seleção de artigos: o ISHR (International Service for Human Rights), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o CELS (*Centro de Estudios Legales y Sociales*) e o *Center of Human Rights of the University of Pretoria*);
- Parcerias mais longas como fizemos com a Fundação Carlos Chagas, que financiará quatro números da revista além de participar do Conselho Executivo da revista e do programa de “*coaching*” descrito adiante;
- Recolher manifestações de reconhecimento por parte de diversas instituições demonstrando que a revista tem importância e penetração;
- Promover números especiais em outras línguas. Por exemplo, a organização universitária egípcia, *Partners in Development*, em cooperação com a SUR, publicou um número em árabe contendo artigos traduzidos da Revista, assim como contribuições originais de um seminário conjunto no Cairo. Está em estudo uma edição semelhante em chinês em colaboração com a Universidade Wuhan;
- Parceria com Universidades para a verificação e correção de traduções como fizemos com a Universidade do Texas em Austin para rever as traduções para o inglês.

6 Programa de Incentivo à Produção Acadêmica em Direitos Humanos

Para cada número da revista recebemos uma média de 80 colaborações, das quais, por limitações de espaço, somos forçados a escolher apenas oito ou, na melhor das hipóteses, nove artigos. Obviamente, entre os artigos descartados muitos são de boa qualidade e só foram recusados por terem sido enviados a nós juntamente com outros que julgamos melhores. Por outro lado, muitas contribuições são desiguais: têm qualidades (como originalidade e relevância política) e defeitos (como desorganização, falta de encadeamento lógico, bibliografia incompleta etc.). Para abordar essa questão, desenvolvemos junto com a Fundação Carlos Chagas um Programa de Incentivo à Produção Acadêmica em Direitos Humanos (que chamamos informalmente de *coaching*). A ideia deste programa é propiciar apoio de autores mais experientes a jovens autores do Sul, para colaborar na melhora e eventual reelaboração dos artigos submetidos.

A primeira seleção de artigos foi realizada no segundo semestre de 2011, e a luz dos resultados uma segunda será realizada em 2012 (ver Anexo 2, Edital do Programa de Incentivo à Produção Acadêmica em Direitos Humanos).

7 Conclusão

Como explicar que uma organização pequena, praticamente desconhecida, como a Conectas era em 2004 quando fundou a revista, tenha obtido sucesso? A SUR cresceu, consolidou-se, tem um público fiel, recebe apoio de inúmeras organizações conceituadas e é citada em trabalhos científicos.

A explicação mais evidente é que, quando de seu lançamento, a definição do nicho a ser preenchido foi correta: de fato existia a necessidade de dar voz ao Sul e ela não tinha veículo adequado para expressar-se.

Isto foi em 2004. Hoje, sete anos depois, o mundo político e econômico mudou. O Sul está cada vez mais “emergente”. O Norte perde força, inclusive seu *soft power*, e suas visões de mundo não são mais hegemônicas. Estão surgindo novas visões que certamente afetarão a conceituação e a luta pelos direitos humanos. O futuro da Revista Sur depende de que sejamos capazes de entender e interagir com esta nova realidade.

REFERÊNCIAS

Bibliografia e outras fontes

SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos. 2007. **Anexo 2 – Resultados da avaliação sobre o perfil dos leitores e a qualidade da Revista Sur**. São Paulo, ano 4, n. 7, p. A5-A7. Disponível em: <www.surjournal.org/index7.php>. Último acesso em: Nov. 2011.

ABSTRACT

On the occasion of the 10th anniversary of Conectas Human Rights, we remember with pride that our journal is also nearly eight years old, during which time we have edited and published fifteen biannual issues. Looking back over these eight years, it occurred to us that it might be useful to human rights activist groups – always eager to disseminate and discuss their points of view in a publication – for us to relate some of the successes, problems and difficulties we have encountered throughout our history.

KEYWORDS

Conectas Human Rights – Sur International Journal on Human Rights – Global South – Academic writing

RESUMEN

Con motivo de la conmemoración del 10^o aniversario de Conectas Derechos Humanos recordamos con orgullo que también nuestra revista, ya se aproxima a los ocho años de edad, período en el cual editamos y publicamos quince números semestrales. Al recordar esos ocho años de actividad, se nos ocurrió que tal vez sería útil para aquellos grupos de activistas, deseosos de divulgar y debatir sus puntos de vista en una publicación, exponer algunos de los logros, problemas y dificultades que tuvimos a lo largo de nuestra trayectoria.

PALABRAS CLAVE

Conectas Derechos Humanos – Sur Revista Internacional de Derechos Humanos – Sur Global – Redacción académica

ANEXO 1

ESTUDO RETROSPECTIVO SOBRE OS AUTORES DA SUR

Este anexo é uma versão reduzida de um estudo elaborado por Laura Baron, estudante de Barnard College, em Nova York, que trabalhou como voluntária na Conectas Direitos Humanos entre junho e julho de 2011.

1 Introdução

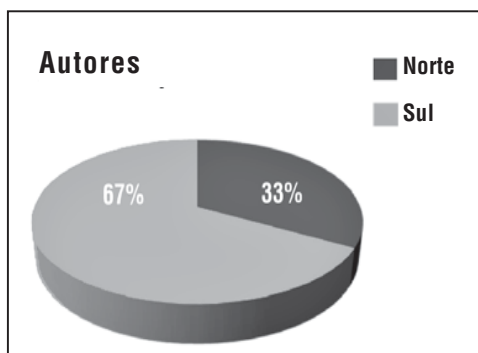
Este estudo analisa os primeiros 12 números da SUR. Desde seu lançamento em 2003, a revista publicou mais de 160 artigos, escritos por 117 autores de mais de 30 países em todo o mundo. Nas páginas seguintes, o estudo considera a análise da autoria em relação à nacionalidade e ao sexo.

A Revista Sur tem por objetivo ampliar e fortalecer a rede internacional de comunicação sobre direitos humanos, com ênfase nas vozes de autores do hemisfério Sul. Ao examinar a demografia sobre a autoria dos artigos publicados, o estudo analisa a eficácia dos esforços para compilar várias vozes para a publicação de uma revista criteriosa e abrangente. As informações a seguir mostram a extensão das redes da Revista Sur, assim como o âmbito de nacionalidades ainda não publicadas na SUR.

2 Nacionalidade dos autores

O gráfico a seguir (*Figura 1*) mostra a proporção de autores do hemisfério Norte e Sul. Nos números 1 a 12, 67% dos autores publicados na Revista SUR eram nacionais de países do Sul, enquanto 33% eram de países do Norte. Esses dados não incluem a edição em árabe lançada em colaboração com a organização

Figura 1 - Autores do Norte e do Sul

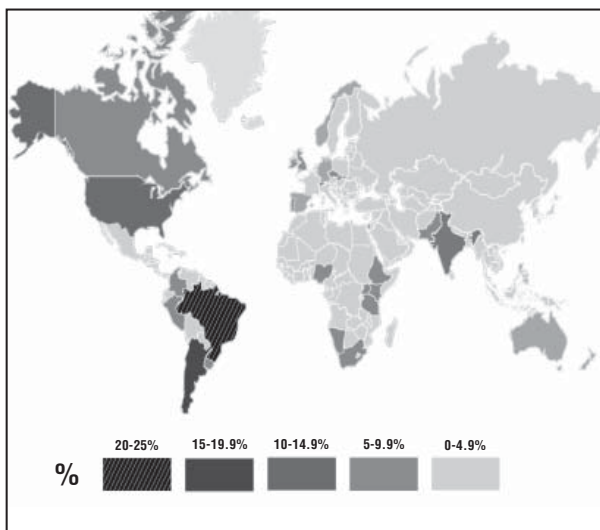


egípcia *Partners in Development*, a qual abrange 12 artigos de autores do mundo árabe.

A *Figura 2* mostra a distribuição dos autores publicados pela SUR por nacionalidade, mostrando a variação da nacionalidade dos autores em percentuais. O agrupamento mais elevado é aquele em que 20-25% dos autores da SUR têm nacionalidade, mostrado uma tonalidade mais escura. Os grupos seguintes são mostrados em ordem decrescente e codificados no mapa, com as nações mostradas em tons mais claros representando menor quantidade de autores publicados. Países mostrados com sombreado ainda mais leve são aqueles com autores ainda não publicados pela Revista Sur.

O mapa na *Figura 2* fornece uma visualização de alguns dos pontos fortes e fracos das redes da SUR. A revista tem publicado amplamente artigos escritos por autores nacionais de vários países da América Latina, principalmente do Brasil e da Argentina. No entanto, verifica-se que muitos países na Ásia e África tiveram autores publicados com pouca ou nenhuma frequência.

Figura 2 - Nacionalidade dos autores por percentual do total de autores



A Tabela 1 fornece uma exibição numérica das informações mostradas graficamente na Figura 2. Os países de nacionalidade dos autores que têm

contribuído para SUR são mostrados ao lado do número de contribuintes desse país e o percentual do total de autores da SUR que eles representam.

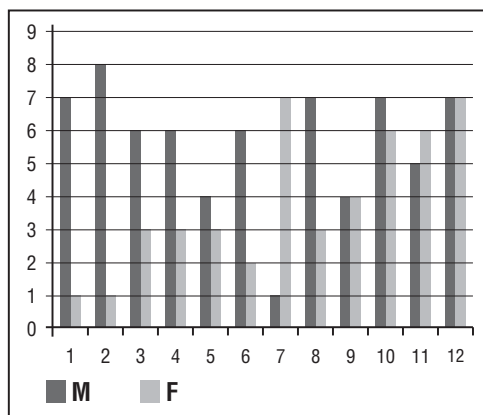
Tabela 1

NÚMERO E PERCENTUAL DE AUTORES DA SUR POR PAÍS					
Nacionalidade	Autor	Porcentagem total	Nacionalidade	Autor	Porcentagem total
Brasil	23	20.7%	República Checa	1	.9%
Argentina	17	15.3%	Etiópia	1	.9%
USA	16	14.4%	Israel	1	.9%
Índia	7	6.3%	Quênia	1	.9%
Grã-Bretanha	7	6.3%	Namíbia	1	.9%
África do Sul	5	4.5%	Nova Zelandia	1	.9%
Colômbia	4	3.6%	Noruega	1	.9%
Nigéria	3	2.7%	Paquistão	1	.9%
Chile	2	1.8%	Palestina	1	.9%
Austrália	2	1.8%	Peru	1	.9%
Canadá	2	1.8%	Filipinas	1	.9%
Uruguai	2	1.8%	Portugal	1	.9%
Espanha	2	1.8%	Eslováquia	1	.9%
Alemanha	2	1.8%	Suíça	1	.9%
Bélgica	1	.9%	Uganda	1	.9%
Costa Rica	1	.9%			

3 Sexo dos autores

A Figura 3 mostra a distribuição de autores, por sexo, que foram publicados nos primeiros 12 números da SUR. Ao longo dos oito anos desde o lançamento da SUR, a revista passou a ter uma proporção mais equitativa em relação ao sexo dos autores publicados. Enquanto o primeiro número publicado tinha uma proporção de sete autores homens para uma autora mulher, os números 8 a 12 publicaram uma média igual de autores de sexo masculino e feminino.

Figura 3 - Distribuição por sexo dos autores publicados pela SUR, Números 1-12



4 Comentários finais

- A Revista Sur tem por objetivo divulgar as vozes de autores especialmente do Sul Global, embora também inclua contribuições de autores do Norte. A SUR sustenta esse objetivo pela publicação de uma relação de 2:1 de autores do Sul e do Norte.
- A Revista Sur visa desenvolver fortes redes de comunicação de direitos humanos entre os países do Sul Global. A SUR publicou autores de 31 países do mundo, trazendo em seus números as vozes da América do Sul, Ásia, África, Europa, Austrália e América do Norte. No entanto, 50% dos autores são nacionais do Brasil, Argentina, Estados Unidos, Índia e Grã-Bretanha. Em relação à América Latina, África e Ásia, a nacionalidade dos autores é de 44%, 10,8% e 9,9% do total das contribuições da SUR, respectivamente. A análise mostra as áreas do hemisfério Sul que não possuem autores publicados pela SUR, principalmente em grandes regiões da África e da Ásia.
- Desde seu início a SUR diminuiu a disparidade de gênero que mantinha numa relação de 7:1 em seu primeiro número e tem atingido proporções muito mais equilibradas de autores do sexo masculino e feminino. Nas edições de n. 8 a 12, a SUR publicou uma média igual de autores do sexo masculino e feminino.

ANEXO 2

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS DO PROGRAMA DE INCENTIVO À PRODUÇÃO ACADÊMICA EM DIREITOS HUMANOS*

Conectas Direitos Humanos e Fundação Carlos Chagas anunciam o Programa de Incentivo à Produção Acadêmica em Direitos Humanos para jovens pesquisadores e ativistas brasileiros de direitos humanos. Propiciando treinamento em redação acadêmica e sistematização de argumentos, o Programa apoia propostas de artigos inovadores e consistentes que contribuam com o campo dos direitos humanos.

1 Objetivos

O Programa tem como finalidade oferecer uma oportunidade de elaboração de um artigo acadêmico original (com o tema “direitos humanos”) a jovens autores a partir da orientação individualizada de um tutor (especialista). Além disso, o Programa objetiva que, após a finalização, o artigo seja submetido ao Comitê Editorial da *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos* – editada pela Conectas – e, caso aprovado, publicado no número seguinte.

Assim, é objetivo deste Programa permitir que ricas experiências empíricas e achados teóricos relevantes no campo dos direitos humanos sejam publicados e publicizados, de maneira a contribuir com a democratização e a diversificação da produção do conhecimento no Brasil. Os autores selecionados poderão participar do XII Colóquio Internacional de Direitos Humanos (organizado anualmente pela Conectas), a ser realizado no segundo semestre de 2012.

2 Proposta

O Programa é voltado a jovens pesquisadores e ativistas de direitos humanos no Brasil. Os candidatos devem ter diploma de nível superior completo.

O concurso é aberto a qualquer área disciplinar, desde que a proposta trate da temática dos direitos humanos.

As propostas de artigos devem ser originais e individuais. Portanto, não poderão concorrer à tutoria propostas feitas em coautoria. Somente será aceita uma proposta por candidato.

Serão selecionadas até seis propostas de artigo.

3 Áreas Temáticas

O Programa contemplará diversos aspectos do campo dos direitos humanos, tais como:

- Direitos Humanos e Meio Ambiente
- Direitos Humanos das Mulheres
- Direitos das Pessoas com Deficiência
- Direitos dos Migrantes e Refugiados
- Desenvolvimento e Direitos Humanos
- Responsabilidade das Empresas
- Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
- Democracia e Direitos Humanos
- Segurança Pública e Direitos Humanos
- Implementação no Âmbito Nacional dos Parâmetros Internacionais de Direitos Humanos
- Prevenção da Tortura
- Litígio Estratégico em Direitos Humanos
- *Accountability* de Organizações de Direitos Humanos
- Sistemas Regionais de Direitos Humanos
- Mecanismos da ONU de Proteção dos Direitos Humanos
- Direitos Sexuais e Reprodutivos
- Direitos Humanos e Discriminação Racial

Vale salientar que tais temas acima elencados são sugestões. Sendo assim, as propostas podem contemplar outras temáticas diferentes dessas, desde que pertençam ao campo abrangente dos direitos humanos.

* Este Edital refere-se à primeira edição do Programa. Em 2012, haverá uma nova edição a ser divulgada no site da *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*.

4 Inscrição

Qualquer pessoa residente no Brasil e com diploma de nível superior completo pode enviar propostas de artigos. Não há formulário específico. Cada proposta deve conter necessariamente:

1. **Resumo expandido:** apresentação breve da temática e síntese dos principais argumentos e hipóteses a serem desenvolvidos na elaboração do artigo. O resumo expandido deve conter título e ter, no máximo, duas páginas, fonte Times New Roman, em corpo 12 e espaçamento 1,5;
2. **Estrutura do artigo a ser desenvolvido:** esboço da organização das seções que comporão o trabalho, resumindo muito brevemente o que se pretende tratar em cada uma delas. Isto deve ser feito em não mais do que uma página, fonte Times New Roman, em corpo 12 e espaçamento 1,5;
3. **Referências bibliográficas:** listagem das obras utilizadas para elaboração do resumo expandido e das principais obras a serem utilizadas na produção do artigo. Essa listagem (em ordem alfabética) não deverá exceder uma página, fonte Times New Roman, em corpo 12, espaçamento 1,5;
4. **Currículo resumido:** resumo da formação, atividades desenvolvidas e eventuais publicações. O currículo deve ter, no máximo, uma página.

As inscrições devem ser enviadas pelo e-mail tutoria.sur@conectas.org até 30/10/2011.

5 Idiomas

Serão aceitas somente propostas de artigos em português.

6 Seleção das propostas de desenvolvimento do artigo

A seleção das propostas será feita por uma Comissão de Seleção formada por especialistas. Os selecionados, no máximo 6, terão que apresentar a versão parcial do artigo em 3 meses, e a versão final um mês depois.

7 Tutores

Os tutores serão especialistas em direitos humanos escolhidos de acordo com as temáticas das propostas selecionadas. O Programa prevê

que o tutor acompanhe de perto a construção e o desenvolvimento da proposta de artigo do candidato.

O tutor detém a autoridade para decidir se a versão final do artigo deverá ou não ser submetida ao Comitê Editorial da *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*.

8 Publicação das versões finais

Um dos principais objetivos do Programa é a publicação dos artigos elaborados a partir das tutorias na *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*. Entretanto, a versão final do artigo será publicada apenas e tão somente mediante a aprovação do Comitê Editorial da Revista.

É importante enfatizar que o artigo produzido pelo candidato, caso aprovado pelo tutor, será prioritariamente submetido ao Comitê Editorial da Revista *Sur*. Sendo assim, o artigo só poderá ser publicado em outra revista mediante explícita anuência do Comitê Editorial da Revista *Sur*.

9 Datas e Prazos

15/09/2011 ABERTURA DA CHAMADA DE PROPOSTAS
30/10/2011 FECHAMENTO DA CHAMADA DE PROPOSTAS
30/11/2011 DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS SELECIONADAS
29/02/2012 ENVIO DA PRIMEIRA VERSÃO DO ARTIGO
30/03/2012 ENVIO DA VERSÃO FINAL DO ARTIGO
30/04/2012 ENTREGA DA VERSÃO FINAL REVISADA (COPY DESK)
15/05/2012 SUBMISSÃO AO COMITÊ EDITORIAL DA SUR

10 Contato

Em caso de dúvida, entre em contato com a Revista *Sur* por meio do e-mail tutoria.sur@conectas.org. Para obter mais informações sobre a Revista *Sur*, acesse o site: <www.revistasur.org>. Para mais informações sobre a Fundação Carlos Chagas, acesse o site: <www.fcc.org.br>.

SUR 1, v. 1, n. 1, Jun. 2004

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ
Origem, sentido e futuro dos direitos humanos: Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN
Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA E A. SCOTT DUPREE
Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos

JEREMY SARKIN
O advento das ações movidas no Sul para reparação por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND
Estratégias de litígio de interesse público para o avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos de direito

PAUL CHEVIGNY
A repressão nos Estados Unidos após o atentado de 11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO
Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU funcionar Cinco questões no campo dos direitos humanos

SUR 2, v. 2, n. 2, Jun. 2005

SALIL SHETTY
Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM
Os direitos humanos na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE
Direito à educação e educação para os direitos humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES
O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE E J.C. NWOBIKE
Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND
Direitos humanos, meio ambiente e conflitos: Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY
Parcerias entre Estado e sociedade civil para promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH
Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH
Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3, v. 2, n. 3, Dez. 2005

CAROLINE DOMMEN
Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA
O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ
Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO
A atividade probatória perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN
Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE
O acesso à justiça e a proteção aos direitos humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE
Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA
Direitos humanos e justiciabilidade: Pesquisa no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR
Plano de ação apresentado pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4, v. 3, n. 4, Jun. 2006

FERNANDE RAINE
O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO
Últimos avanços na justiciabilidade dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA
Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER
Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN
Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ
Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE
Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN
Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA E LEO ZWAAK
Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5, v. 3, n. 5, Dez. 2006

CARLOS VILLAN DURAN
Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ
O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA
O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE
Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD
Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na Commonwealth do Pacífico

IGNACIO CANO
Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER
Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR 6, v. 4, n. 6, Jun. 2007

UPENDRA BAXI
O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA
A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES
A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI
Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN
Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais

SUR 7, v. 4, n. 7, Dez. 2007**LUCIA NADER**

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

CECÍLIA MACDOWELL SANTOS

Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTIÇA TRANSICIONAL**TARA URS**

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas

CECILY ROSE E FRANCIS M.**SSEKANDI**

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

RAMONA VIJEYARASA

Verdade e reconciliação para as "gerações roubadas": revisitando a história da Austrália

ELIZABETH SALMÓN G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos

ENTREVISTA COM JUAN MÉNDEZ

Por Glenda Mezarobba

SUR 8, v. 5, n. 8, Jun. 2008**MARTÍN ABREGÚ**

Direitos humanos para todos: da luta contra o autoritarismo à construção de uma democracia inclusiva - um olhar a partir da Região Andina e do Cone Sul

AMITA DHANDA

Construindo um novo léxico dos direitos humanos: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências

LAURA DAVIS MATTAR

Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos

JAMES L. CAVALLARO E**STEPHANIE ERIN BREWER**

O papel da litigância para a justiça social no Sistema Interamericano

DIREITO À SAÚDE E ACESSO A MEDICAMENTOS**PAUL HUNT E RAJAT KHOSLA**

Acesso a medicamentos como um direito humano

THOMAS POGGE

Medicamentos para o mundo: incentivando a inovação sem obstruir o acesso livre

JORGE CONTESSE E DOMINGO**LOVERA PARMO**

Acesso a tratamento médico para pessoas vivendo com HIV/AIDS: êxitos sem vitória no Chile

GABRIELA COSTA CHAVES, MARCELA FOGAÇA VIEIRA E RENATA REIS

Acesso a medicamentos e propriedade intelectual no Brasil: reflexões e estratégias da sociedade civil

SUR 9, v. 5, n. 9, Dez. 2008**BARBORA BUK OVSKÁ**

Perpetrando o bem: as consequências não desejadas da defesa dos direitos humanos

JEREMY SARKIN

Prisões na África: uma avaliação da perspectiva dos direitos humanos

REBECCA SAUNDERS

Sobre o intraduzível: sofrimento humano, a linguagem de direitos humanos e a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul

SESSENTA ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS**PAULO SÉRGIO PINHEIRO**

Os sessenta anos da Declaração Universal: atravessando um mar de contradições

FERNANDA DOZ COSTA

Pobreza e direitos humanos: da mera retórica às obrigações jurídicas - um estudo crítico sobre diferentes modelos conceituais

EITAN FELNER

Novos limites para a luta pelos direitos econômicos e sociais? Dados quantitativos como instrumento para a responsabilização por violações de direitos humanos

KATHERINE SHORT

Da Comissão ao Conselho: a Organização das Nações Unidas conseguiu ou não criar um organismo de direitos humanos confiável?

ANTHONY ROMERO

Entrevista com Anthony Romero, Diretor Executivo da *American Civil Liberties Union* (ACLU)

SUR 10, v. 6, n. 10, Jun. 2009**ANUJ BHUWANIA**

"Crianças muito más": "Tortura indiana" e o Relatório da Comissão sobre Tortura em Madras de 1855

DANIELA DE VITO, AISHA GILL E DAMIEN SHORT

A tipificação do estupro como genocídio

CHRISTIAN COURTIS

Anotações sobre a aplicação da Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas por tribunais da América Latina

BENYAM D. MEZMUR

Adoção internacional como medida de último recurso na África: promover os direitos de uma criança ao invés do direito a uma criança

DIREITOS HUMANOS DAS PESSOAS EM MOVIMENTO: MIGRANTES E REFUGIADOS**KATHARINE DERDERIAN E****LIESBETH SCHOCKAERT**

Respostas aos fluxos migratórios mistos: Uma perspectiva humanitária

JUAN CARLOS MURILLO

Os legítimos interesses de segurança dos Estados e a proteção internacional de refugiados

MANUELA TRINDADE VIANA

Cooperação internacional e deslocamento interno na Colômbia: Desafios à maior crise humanitária da América do Sul

JOSEPH AMON E KATHERINE**TODRYS**

Acesso de populações migrantes a tratamento antiretroviral no Sul Global

PABLO CERIANI CERNADAS

Controle migratório europeu em território africano: A omissão do caráter extraterritorial das obrigações de direitos humanos

SUR 11, v. 6, n. 11, Dez. 2009**VÍCTOR ABRAMOVICH**

Das Violações em Massa aos Padrões Estruturais: Novos Enfoques e Clássicas Tensões no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

VIVIANA BOHÓRQUEZ MONSALVE**E JAVIER AGUIRRE ROMÁN**

As Tensões da Dignidade Humana: Conceituação e Aplicação no Direito Internacional dos Direitos Humanos

DEBORA DINIZ, LÍVIA BARBOSA E WEDERSON RUFINO DOS**SANTOS**

Deficiência, Direitos Humanos e Justiça

JULIETA LEMAITRE RIPOLL
O Amor em Tempos de Cólera: Direitos LGBT na Colômbia

DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS

MALCOLM LANGFORD
Judicialização dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais no Âmbito Nacional: Uma Análise Socio-Jurídica

ANN BLYBERG
O Caso da Alocação Indevida: Direitos Econômicos e Sociais e Orçamento Público

ALDO CALIARI
Comércio, Investimento, Financiamento e Direitos Humanos: Avaliação e Estratégia

PATRICIA FEENEY
A Luta por Responsabilidade das Empresas no Âmbito das Nações Unidas e o Futuro da Agenda de Advocacy

COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Entrevista com Rindai Chipfunde-Vava, Diretora da Zimbabwe Election Support Network (ZESN)

Relatório sobre o IX Colóquio Internacional de Direitos Humanos

SUR 12, v. 7, n. 12, Jun. 2010

SALIL SHETTY
Prefácio

FERNANDO BASCH ET AL.
A Eficácia do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: Uma Abordagem Quantitativa sobre seu Funcionamento e sobre o Cumprimento de suas Decisões

RICHARD BOURNE
Commonwealth of Nations: Estratégias Intergovernamentais e Não-governamentais para a Proteção dos Direitos Humanos em uma Instituição Pós-colonial

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

ANISTIA INTERNACIONAL
Combatendo a Exclusão: Por que os Direitos Humanos São Essenciais para os ODMs

VICTORIA TAULI-CORPUZ
Reflexões sobre o Papel do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ALICIA ELY YAMIN
Rumo a uma Prestação de Contas Transformadora: Uma Proposta de Enfoque com base nos Direitos Humanos para Dar Cumprimento às

Obrigações Relacionadas à Saúde Materna

SARAH ZAIDI
Objetivo 6 do Desenvolvimento do Milênio e o Direito à Saúde: Contraditórios ou Complementares?

MARCOS A. ORELLANA
Mudança Climática e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: O Direito ao Desenvolvimento, Cooperação Internacional e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS

LINDIWE KNUTSON
O Direito das Vítimas do *apartheid* a Requerer Indenizações de Corporações Multinacionais é Finalmente Reconhecido por Tribunais dos EUA?

DAVID BILCHITZ
O Marco Ruggie: Uma Proposta Adequada para as Obrigações de Direitos Humanos das Empresas?

SUR 13, v. 7, n. 13, Dez. 2010

GLENDIA MEZAROBBA
Entre Reparações, Meias Verdades e Impunidade: O Difícil Rompimento com o Legado da Ditadura no Brasil

GERARDO ARCE ARCE
Forças Armadas, Comissão da Verdade e Justiça Transicional no Peru

MECANISMOS REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

FELIPE GONZÁLEZ
As Medidas de Urgência no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

JUAN CARLOS GUTIÉRREZ E SILVANO CANTÚ
A Restrição à Jurisdição Militar nos Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

DEBRA LONG E LUKAS MUNTINGH
O Relator Especial Sobre Prisões e Condições de Detenção na África e o Comitê para Prevenção da Tortura na África: Potencial para Sinergia ou Inércia?

LUCYLINE NKATHA MURUNGI E JACQUI GALLINETTI
O Papel das Cortes Sub-Regionais no Sistema Africano de Direitos Humanos

MAGNUS KILLANDER
Interpretação dos Tratados Regionais de Direitos Humanos

ANTONIO M. CISNEROS DE ALENCAR
Cooperação entre Sistemas Global e Interamericano de Direitos Humanos no Âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal

IN MEMORIAM

Kevin Boyle – Um Elo Forte na Corrente
Por Borislav Petranov

SUR 14, v. 7, n. 14, Jun. 2011

MAURICIO ALBARRACÍN CABALLERO
Corte Constitucional e Movimentos Sociais: O Reconhecimento Judicial dos Direitos de Casais do Mesmo Sexo na Colômbia

DANIEL VÁZQUEZ E DOMITILLE DELAPLACE
Políticas Públicas na Perspectiva de Direitos Humanos: Um Campo em Construção

J. PAUL MARTIN
Educação em Direitos Humanos em Comunidades em Recuperação Após Grandes Crises Sociais: Lições para o Haiti

DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

LUIS FERNANDO ASTORGA GATJENS
Análise do Artigo 33 da Convenção da ONU: O Papel Crucial da Implementação e do Monitoramento Nacionais

LETÍCIA DE CAMPOS VELHO MARTEL
Adaptação Razoável: O Novo Conceito sob as Lentes de Uma Gramática Constitucional Inclusiva

MARTA SCHAAF
Negociando Sexualidade na Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência

TOBIAS PIETER VAN REENEN E HELÉNE COMBRINCK
A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na África: Avanços 5 Anos Depois

STELLA C. REICHER
Diversidade Humana e Assimetrias: Uma Releitura do Contrato Social sob a Ótica das Capacidades

PETER LUCAS
A Porta Aberta: Cinco Filmes que Marcaram e Fundaram as Representações dos Direitos Humanos para Pessoas com Deficiência

LUIS GALLEGOS CHIRIBOGA
Entrevista com Luis Gallegos Chiriboga, Presidente (2002-2005) do Comitê *Ad Hoc* que Elaborou a Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

A Fundação Carlos Chagas tem como premissa essencial a questão da cidadania. Em suas especialidades e linhas de pesquisa, atua com vistas ao desenvolvimento humano-social.

A produção em pesquisa na FCC, articulada entre os pólos de avaliação de políticas, gênero e raça, abrange aprofundados estudos sobre os vários níveis de ensino.

Nas três publicações da Fundação – Cadernos de Pesquisa, Estudos em Avaliação Educacional e Textos FCC –, essa produção acadêmica divide espaço com o trabalho de pesquisadores de outras instituições e possibilita uma visão diversificada sobre as questões da área.



Fundação Carlos Chagas

REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO WWW.FCC.ORG.BR